

Parecer Técnico Sobre a Solicitação de Celebração de Convênio de Cooperação Administrativa e Técnica entre o Município de Brumadinho e o Estado de Minas Gerais.

RESUMO

Os representantes municipais de Brumadinho solicitam, por meio do Ofício Gabinete do Prefeito nº 092/2011 de 13/07/2011 a celebração de um convênio de cooperação administrativa e técnica com o Estado de Minas Gerais, para licenciamento, fiscalização e controle de empreendimentos classificados como 1, 2, 3, e 4, segundo a Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004.

A documentação apresentada garante o atendimento à DN COPAM 102/2006.

Este parecer é **favorável** à celebração entre o Estado e o Município de Brumadinho do convênio de cooperação administrativa e técnica visando ao licenciamento, fiscalização e controle das atividades classificadas segundo a DN COPAM 074/2004, como 1, 2, 3 e 4, mediante o atendimento das condicionantes listadas no Quadro 1 e a observação das recomendações do Quadro 2.

Recomenda-se o encaminhamento deste parecer à CNR/COPAM para apreciação e deliberação sobre a aprovação da minuta de convênio constante no Anexo I.

AUTOR: Celso Constantino Marques	Superintendente de Gestão Ambiental - Marisa Lapertosa- Diretor de Gestão Participativa e Articulação Institucional – Rodrigo Ribas-
SEMAD /SUGA/DGPAI	

1. INTRODUÇÃO

A cooperação entre os entes federativos para a proteção ao meio ambiente é uma prerrogativa da Constituição Federal, em vista do disposto nos incisos III, VI e VII do *caput* e no parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal:

“Art. 23: É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (...) III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; (...) VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII - preservar as florestas, a fauna e a flora. (...) Parágrafo único - Lei complementar¹ fixará normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional” (Constituição Federal; 1988).

A Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Federal nº 6.938/1981) instituiu o licenciamento ambiental como um instrumento da política ambiental, visando o controle das atividades efetiva ou potencialmente causadoras de impacto ambiental. Este instrumento pode ser exercido de maneira cooperada entre os entes federativos (união, estados e municípios), na forma como rege a Lei Complementar Federal nº 140, de 08/12/2011.

Em Minas Gerais, as diretrizes para a cooperação técnica e administrativa do estado com os municípios, visando ao repasse do licenciamento, fiscalização e controle de empreendimentos e atividades impactantes ambientalmente, de responsabilidade do Estado, são estabelecidas pela Deliberação Normativa COPAM nº 102/2006.

Os representantes municipais de Brumadinho estão solicitando a celebração de um convênio de cooperação administrativa e técnica com o Estado de Minas Gerais, para licenciamento e fiscalização de empreendimentos classificados como 1, 2, 3, e 4 de acordo com a Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004. Para tanto, em 13/07/2011, por meio do Ofício Gabinete do Prefeito nº 092/2011 a prefeitura de Brumadinho apresentou requerimento, bem como documentação comprobatória.

¹ A Lei Complementar que fixa essas normas é a Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011.

2. CONDIÇÕES TÉCNICAS

2.1. Política municipal de meio ambiente

Conforme o Art. 3º, inciso I da DN 102/2006, o Sistema Municipal de Gestão Ambiental deve conter Política Municipal de Meio Ambiente prevista em lei orgânica ou legislação específica. O município atende este requisito pois há previsão da política ambiental expressa em sua Lei Orgânica e também possui Política Municipal de Meio Ambiente tratada pela Lei Complementar nº 44/2005.

2.1.1. Lei Orgânica Municipal

A Lei Orgânica Municipal possui uma seção específica sobre meio ambiente (Seção XVIII, dos art. 157 a 160). O Art. 157 (caput) faz alusão ao Art. 225 (caput) da Constituição Federal, que apresenta o meio ambiente harmônico como direito essencial de uso comum dos indivíduos. Em seguida, relaciona onze atribuições do poder público municipal para assegurar e efetivar esse direito, incluindo o licenciamento prévio de atividades potencialmente poluidoras:

“sujeitar a prévia anuência do órgão municipal de controle e política ambiental o licenciamento para início, ampliação ou desenvolvimento de atividades, construção, reforma de instalações, capazes de causar degradação do meio ambiente, sem prejuízo de outras exigências legais” (Art. 157, § 1º, VIII).

O mesmo artigo trata ainda da obrigação do explorador de recursos minerais, desde o início da atividade, de recuperar o ambiente degradado, bem como a sujeição das atividades lesivas ao meio ambiente a sanções penais e administrativas, além da reparação do dano.

Os Art. 158 e 159 vedam, respectivamente, algumas atividades lesivas e renovação de concessões a empresas irregulares quanto às normas de proteção ambiental:

Art. 158 – São vedados no território municipal: I – a produção, distribuição e venda de aerossóis que contenham clorofluorcarbono; II – a disposição inadequada e a eliminação de resíduo tóxico; III – a caça profissional, amadora e esportiva; IV – a emissão de sons e ruídos que prejudiquem a saúde, o sossego e o bem estar públicos.

Art. 159 – É vedado ao poder público contratar e conceder privilégios fiscais a quem estiver em situação de irregularidade face às normas de proteção ambiental.

Parágrafo único – Às concessionárias ou permissionárias de serviços públicos municipais, no caso de infração às normas de proteção ambiental, não será admitida renovação da concessão ou permissão, enquanto perdurar a situação de irregularidade.

O Art. 160 traz um elenco de ações de competência do poder público relacionadas com a proteção, conservação e preservação ambiental.

Art. 160 - Cabe ao poder público:

- I – Reduzir ao máximo a aquisição e utilização de material não recicláveis e não biodegradável, além de divulgar os malefícios deste material sobre o meio ambiente;
- II – fiscalizar, por meios técnicos específicos, a composição do óleo diesel distribuído no município e a emissão de poluentes por veículos automotores, bem como estimular a implantação de medidas e uso de tecnologias que venham minimizar seus impactos;
- III – implantar medidas corretivas e preventivas para recuperação dos recursos hídricos;
- IV – estimular a adoção de alternativas de pavimentação, como forma de garantir menor impacto à permeabilidade do solo;
- V – implantar e manter áreas verdes de preservação permanente, em proporção nunca inferior a doze metros quadrados por habitante, distribuídos equitativamente por administração regional;
- VI – fiscalizar e monitorar os níveis de poluição sonora, visando manter o sossego e o bem estar públicos;
- VII – registrar e controlar o uso de moto serra;
- VIII – arborizar as margens das estradas municipais;
- IX - instituir em noventa dias o Conselho Municipal de Defesa do Rio Paraopeba e seus afluentes, para atuar nos limites de seu território em conjunto com a União e o Estado;
- X - participar de sistema integrado de gerenciamento de recursos hídricos, isoladamente ou em consórcio com outros municípios da mesma bacia hidrográfica, assegurando para tanto, meios financeiros institucionais;
- XI – coibir o desmatamento indiscriminado sobre margens fluviais que impliquem em riscos de erosão, enchentes, proliferação de insetos e outros danos à população;
- XII – promover e estimular o reflorestamento ecológico em área degradada,

objetivando especialmente proteger as bacias hidrográficas e os terrenos sujeitos a erosão ou inundação com recomposição paisagística;

XIII – criar mecanismo de atuação conjunta e integra da, com outros municípios e com poder público, que atuem na proteção do meio ambiente e áreas correlatas sem prejuízo da competência e da autonomia municipal;

XIV – considerar como áreas a serem especialmente protegidas, observada a competência do Estado: a) as nascentes e as faixas marginais das águas superficiais; b) as áreas que abriguem exemplares raros, ameaçados de extinção ou insuficientemente conhecidos da flora e da fauna, bem como aqueles que sirvam de pouso, abrigo ou reprodução das espécies; c) parques e praças do município; d) as áreas de mananciais.

Parágrafo único – Outras áreas de preservação permanentes e fonte alternativa de alimentos integrantes do Vale do Paraopeba deverão ser definidas pelo Município em lei complementar.

2.1.2. Política Municipal de Meio Ambiente

A Lei Complementar nº 44/2005, que dispõe sobre *“a política municipal de proteção, conservação, preservação, controle e recuperação do meio ambiente e de melhoria da qualidade de vida no município de Brumadinho e dá outras providências”*, apresenta capítulos e seções específicas que tratam dos princípios fundamentais, dos conceitos, do Sistema Municipal de Meio Ambiente, do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente, do órgão executor da política ambiental, da poluição sonora, da poluição atmosférica, da poluição do solo, da poluição hídrica, da poluição visual em vias e logradouros públicos, da política municipal da flora e da fauna (objetivos, APP, áreas verdes e reservas legais, unidades de conservação, arborização urbana), diretrizes de utilização dos recursos vegetais (diretrizes, exploração florestal, patrimônio ambiental, reservas particulares ecológicas), educação ambiental, exploração mineral, instrumentos de gestão ambiental, controle das fontes poluidoras (licenciamento, avaliação de impacto ambiental, procedimento corretivo, autorizações), fiscalização e controle das fontes de poluição e das atividades utilizadoras de recursos ambientais, infrações e penalidades, formalização das sanções, recursos, publicidade e auditoria, e disposições finais.

A referida lei passou recentemente por um processo participativo de revisão, e um Projeto de Lei para atualizar a Política Municipal de Meio Ambiente encontra-se em tramitação na Câmara Legislativa de Brumadinho, atualmente na Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

A nova Lei contém 208 artigos e traz capítulos sobre “os princípios fundamentais”, “os instrumentos da política municipal de meio ambiente”, “a gestão da política de proteção ambiental (com seções sobre o sistema municipal de meio ambiente, a competência do Sistema Municipal de Meio Ambiente, o Conselho Municipal de Meio Ambiente, o órgão executor da Política Ambiental, o fundo municipal de meio ambiente)”, “a educação ambiental”, “o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades”, “a fiscalização e o controle ambientais (com seções sobre a fiscalização, as infrações por descumprimento das normas de proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, as sanções, a formalização das sanções, a defesa e o recurso contra a aplicação da penalidade, o recolhimento das multas, o parcelamento dos débitos, a suspensão e conversão das sanções através de Termo de Ajustamento de Conduta e Termo de Compromisso)”, “as medidas de emergência (com seções sobre a suspensão preventiva de atividades, as obrigações e procedimentos dos responsáveis por acidente ambiental)”, “o transporte de produtos e resíduos perigosos”, “a poluição sonora”, “a poluição atmosférica (com seções sobre definições, padrões de qualidade do ar, padrões para emissão de efluentes)”, “o licenciamento ambiental de antenas de telecomunicações, de estações de rádio base (ERB) e equipamentos similares (com seções sobre as disposições iniciais; critérios de localização, implantação e funcionamento; o licenciamento ambiental)”, “a poluição hídrica”, “a poluição do solo (com seção sobre as disposições gerais, os resíduos sólidos, os resíduos da construção civil, os movimentos de terra)”, “a fauna e a flora (com seções sobre as disposições gerais, as reservas particulares e ecológicas”, “a poluição visual em vias e logradouros públicos”, “as autorizações”, “a exploração mineral”, “as taxas”, “as disposições finais”.

2.2. Conselho de Meio Ambiente

Conforme o Art. 3º, inciso II da DN 102/2006, o Sistema Municipal de Gestão Ambiental deve conter um Conselho de Meio Ambiente caracterizado por instância normativa, colegiada, consultiva e deliberativa de gestão ambiental, com representação da sociedade civil organizada paritária à do Poder Público, eleita autonomamente, em processo coordenado pelo município, com as mesmas restrições que os Conselheiros do COPAM, na forma estabelecida pelo art. 31 e art. 34 caput e §§ 1º, 2º, 3º e 4º do Decreto Estadual, 44.316, de 07 de julho de 2006.

O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA) de Brumadinho existe desde 1995. Não obstante ser mencionado no Art. 7º da Lei Complementar nº 44/2005, possui desde 2003 uma lei específica, qual seja a Lei Municipal nº 1.371/2003, que criou o CODEMA como “órgão colegiado, consultivo, de assessoramento ao Poder Executivo Municipal, deliberativo e normativo no âmbito de sua competência, sobre as questões ambientais e de desenvolvimento sustentável propostas nesta e demais leis correlatas do Município de Brumadinho” (Art. 1º, Parágrafo Único). Esta lei traz ainda as atribuições do Conselho enquanto órgão consultivo, enquanto órgão deliberativo e enquanto órgão normativo.

Eis o que trata a Lei quanto à qualidade deliberativa do CODEMA:

Art. 3º - Ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CODEMA, na condição de Órgão Deliberativo, compete:

- I. decidir, no âmbito municipal, sobre concessão e cassação de licenças ambientais de sua competência para construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos que utilizem recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como de empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, respeitada as disposições da Deliberação Normativa COPAM nº 01, de 22 de março de 1990 e da Deliberação Normativa COPAM nº 29, de 9 de setembro de 1998;
- II. deliberar sobre a aplicação de multas e a estipulação de seu valor, dentro dos parâmetros máximos e mínimos que forem estabelecidos pela Lei Ambiental Municipal, a empreendimentos que descumprirem as normas, previamente autuadas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Agricultura;
- III. convocar e coordenar a realização de Audiências Públicas, quando for o caso, visando a participação da comunidade nos processos de instalação de atividades potencialmente poluidoras.

O Artigo 5º trata da composição paritária do Conselho, da seguinte forma:

<i>Poder Público</i>	<i>Sociedade Civil</i>
1. Secretário Municipal de Meio Ambiente	1. Representante de Associações Comunitárias
2. Representante do Poder Legislativo	2. Representante das Associações de
3. Representante da Secretaria M. de Educação	Administrações de Condomínios Horizontais
4. Representante da Secretaria M. de Obras	3. Representante das Associações de
5. Representante da Secretaria M. de Saúde	Proprietários em loteamentos fechados
6. Representante da Secretaria M. de Administração	4. Representante das Indústrias Extrativistas de
7. Representante de Unidade de Conservação sob administração pública e com área no município	substâncias minerais ferrosas e não ferrosas
8. Chefe do escritório local do IEF	5. Representante do conjunto de empresas
9. Representante da EMATER local	construtoras, de terraplanagem e loteadoras
10. Representante da Polícia Florestal com atuação no município	6. Representante do Instituto Inhotim
11. Representante da Polícia Militar local	7 e 8. Dois representantes de Sociedade Civil de
	Defesa do Meio Ambiente
	9. Representante da OAB (Sub-seção 124)
	10. Representante da Associação Comercial de
	Brumadinho – ACOVAP
	11. Representante do Sindicato de Produtores
	Rurais do Município

Quanto ao processo de eleição, este se dá nos termos do § 2º do Art. 3º da Lei 1371/2003, por edital publicado pelo município:

“§ 2º - As entidades relacionadas nos incisos I, II, III, IV, V, VI e VII enumeradas na alínea “b” do art. 5º desta Lei, indicarão seus representantes atendendo a edital publicado pelo CODEMA e havendo mais de um indicado pelas entidades da mesma natureza, elas se reunirão e elegerão apenas um titular e um suplente.”

A presidência do CODEMA de Brumadinho pode ser exercida por qualquer um de seus membros, que, ao assumir a presidência, deixa de representar sua entidade, exercendo apenas voto de minerva.

O regimento interno do CODEMA de Brumadinho é estabelecido pelo Decreto Municipal nº 72/2004, que no Art. 2º reafirma suas características de órgão colegiado, consultivo, de composição paritária e assessoramento ao poder executivo, deliberativo e normativo.

2.3. Órgão técnico-administrativo na estrutura do Poder Executivo Municipal

Conforme o Art. 3º, inciso III da DN 102/2006, o Sistema Municipal de Gestão Ambiental deve conter um órgão técnico-administrativo na estrutura do Poder Executivo Municipal, com atribuições específicas ou compartilhadas na área de meio ambiente, dotado de corpo técnico multidisciplinar responsável pela análise de pedidos de licenciamento, fiscalização e pelo controle de impactos ambientais, ainda que de forma consorciada com outros municípios, desde que todos os integrantes do consórcio sejam partes do convênio a que se refere esta Deliberação Normativa.

A Política Municipal de Meio Ambiente de Brumadinho (Lei Complementar nº 44/2005), estabelece em seu Art. 8º que o órgão executor da política ambiental no município de Brumadinho é a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMA), responsável por sua execução, por seu controle e por sua operacionalização. Ainda pelo mesmo artigo, são designadas as atribuições e competências à SEMA, das quais destacaremos algumas a seguir:

- coordenar e articular as ações do Sistema Municipal de Meio Ambiente de Brumadinho (SIMMA);
- planejar as diretrizes ambientais;
- implementar as ações da política municipal de meio ambiente decididas, dentro de suas competências, pelo CODEMA;
- instituir normas, critérios, parâmetros, padrões, limites, índices e métodos para o uso de recursos ambientais, conforme lei e regulamentos de lei e/ou deliberações normativas do CODEMA;
- instruir o processo de licenciamento ambiental das atividades que, efetiva ou potencialmente, sejam capazes de afetar a qualidade ambiental, conforme o disposto nesta Lei e em outros

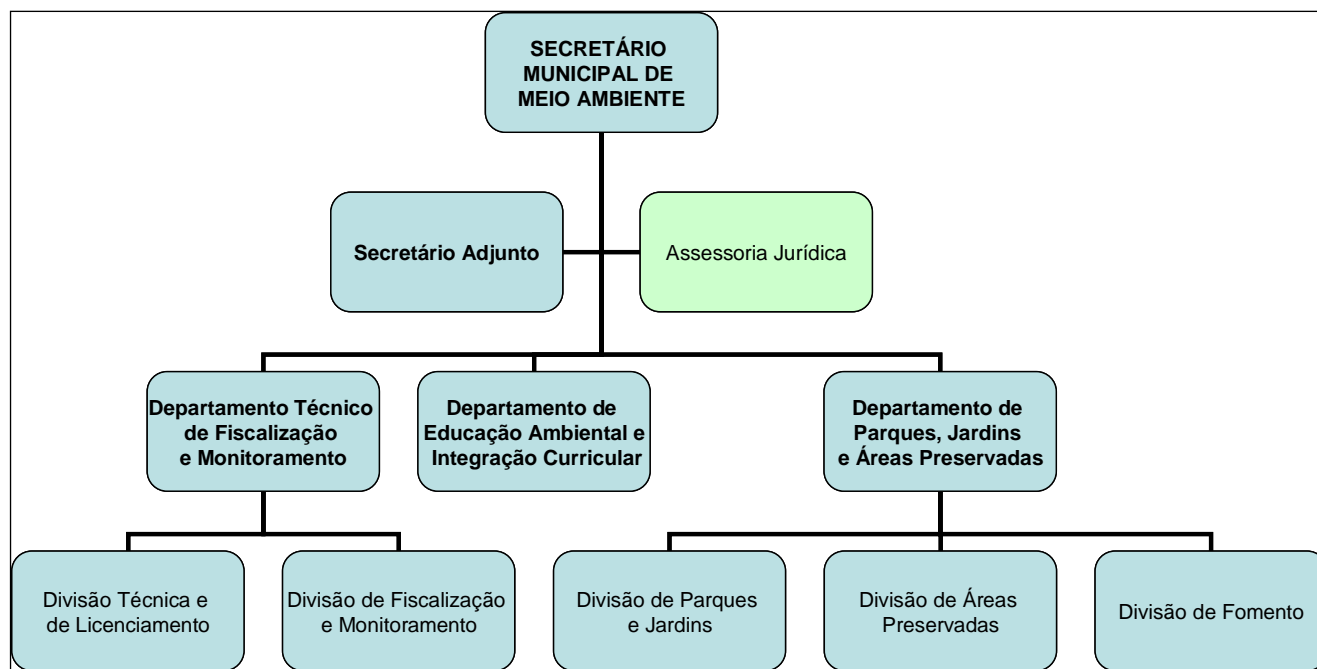
instrumentos legais pertinentes, apoiando tecnicamente o CODEMA;

- fixar diretrizes ambientais para a instalação de atividades e empreendimentos no âmbito da coleta e disposição dos resíduos, ouvido o CODEMA;
- analisar situação e preparar e fornecer parecer técnico e conclusivo quanto aos processos ambientais relativos ao uso da água, do solo, do ar, da fauna e da flora;

A Lei Municipal nº 1.715/2009, que dispõe sobre a estrutura organizacional da administração direta da Prefeitura Municipal de Brumadinho, incluindo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente como um dos órgãos que constitui a Prefeitura, trata, no Art. 15, da competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável no âmbito da administração municipal.

2.3.1. Caracterização Geral da SEMA Brumadinho

Sobre a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Brumadinho, verificou-se a seguinte organização:



Organograma Geral da SEMA Brumadinho

A Assessoria Jurídica, destacada de verde, é prestada por terceiros (pessoa jurídica), e serve tanto à Secretaria quanto ao CODEMA.

A seguir serão tecidas considerações acerca de atribuições regimentais e caracterização de cada

departamento.

a) Departamento Técnico de Fiscalização e Monitoramento

Compete ao Departamento, dentre outras funções:

(...) II – operacionalizar e executar ações de fiscalização do cumprimento da legislação ambiental municipal, estadual e federal, aplicando penalidades e demais sanções administrativas previstas em lei;

(...)

V – realizar vistorias técnicas, levantamentos e perícias, emitindo os respectivos laudos, pareceres e relatórios com vistas a instruir processos de autorização e licenciamento, bem como para atender a demandas do Poder Judiciário e demais órgãos solicitantes;

VI - instruir e manifestar-se sobre processos de licenciamento ambiental previamente ao encaminhamento ao CODEMA ou em andamento naquele Conselho;

VII - propor parâmetros técnicos, econômicos e sociais para a definição das ações, bem como manifestar-se sobre os que lhe forem apresentados;

(...)

Este departamento atualmente possui a seguinte composição e equipe:

NOME	FORMAÇÃO	VÍNCULO
Alexandra A. Gonçalves	Técnica Meio Amb.; Geógrafa - Especializando em Gerenc. Rec. Hídricos	Efetivo
Alexsandro Rodrigues Dutra	Tecnólogo em Gestão Ambiental; Especialista em Consultoria Ambiental	Comissionado
Ana Cláudia R. de Paula	Bióloga	Contratado
Derli Augusto das Chagas	Técnico em Mineração, Tecnólogo em Gestão Ambiental	Comissionado
Elmo Mendes	Técnico em Meio Ambiente; Tecnólogo em Gestão Ambiental	Contratado
Emanuel Vaz Brandão	Geógrafo com ênfase em Meio Ambiente; Esp. em Engenharia Ambiental	Contratado
Jaime Eustáquio Moreira	Técnico Agropecuário; Biólogo; Especialista em Gestão Ambiental	Efetivo
Marcos Luiz Aguiar	Técnico Meio Ambiente; Biólogo; Esp. em Avaliação de Impacto Ambiental	Efetivo
Roberto Teixeira da Silva	Técnico Agropecuário; Técnico em Meio Ambiente	Efetivo
01 motorista		

Fonte: SEMA-Brumadinho

A estrutura administrativa que atende ao Departamento é composta por: 09 escrivaninhas; 05 aparelhos GPS; 04 máquinas fotográficas; 07 computadores conectados a internet e impressora, (três desses computadores já estão com SISGAT instalado e os demais ainda serão instalados); 02 trenas; 03 arquivos; 01 armário; acervo de mapas, normas legais e estudos técnicos; 02 veículos; 01 motorista, 02 celulares corporativos, telefone fixo.

O departamento é atendido pela Assessoria Jurídica da SEMA.

b) Departamento de Educação Ambiental e Integração Curricular

O Departamento de Educação possui atribuições relacionadas com a educação sanitária e ambiental (formal e não-formal), produção e difusão de conhecimentos por meio de atividades e campanhas educativas, dentre outros.

A composição da equipe desse departamento é apresentado a seguir:

NOME	FORMAÇÃO	VÍNCULO
Carmem Silvia Rios	Geógrafa	Comissionado
Géssica Iara do Amaral	Ensino Médio; Cursando Biologia	Contratado
Jaqueline França Rodrigues	Ensino Médio - Cursando Técnico em Meio Ambiente	Contratado
	01 motorista	

Fonte: SEMA – Brumadinho

A estrutura disponível a esse departamento é: 04 escrivaninhas, 01 mesa de reuniões, 01 projetor multimídia com tela de projeção, 01 máquina fotográfica, 01 motorista, 01 carro, 03 computadores e um notebook ligados à internet e impressora, 02 telefones celulares corporativos, telefone, material educativo, 04 arquivos, 01 armário e 03 prateleiras.

Dentre as ações desenvolvidas pelo Departamento de Educação Ambiental destacam-se a Agenda 21 (mobilização, diagnóstico, implantação e gerenciamento); sensibilização para a coleta seletiva, preservação de áreas verdes e arborização urbana; campanhas educativas; apoio técnico à Associação de Catadores; comemoração de datas especiais; etc.

c) Departamento de Parques, Jardins e Áreas Preservadas

O departamento de Parques, Jardins e Áreas Preservadas possui a seguinte equipe:

NOME	FORMAÇÃO	VÍNCULO
Ricardo Ferreira	Ensino Médio	Comissionado
Bruno Correia Pinto	Ensino Médio	Comissionado
Roberta C. Souza Sales	Técnica Meio Ambiente	Efetivo
01 motorista efetivo; e 17 agentes operacionais: 07 efetivos e 10 contratados		

Fonte: SEMA-Brumadinho

Atendendo a este departamento, tem-se a seguinte estrutura: 01 viveiro de produção de mudas, 01 caminhão, 05 motosserras, 01 caminhão-pipa, 02 escrivatinhas, 01 computador conectado a internet e impressora, 02 computadores de mesa, 01 telefone celular corporativo, telefone fixo, 01 kombi, 01 motorista.

São atribuições desse departamento, dentre outras, as ações de implantação, manutenção, conservação e proteção da arborização urbana, praças públicas, parques, jardins, áreas verdes, unidades de conservação municipais, execução de projetos paisagísticos, etc.

d) Assessoramento Administrativo da SEMA

A SEMA possui ainda outros profissionais envolvidos na questão administrativa, desde a direção da Secretaria, até recepção, protocolo, atendimento e triagem, registro de denúncias, montagem de processos, arquivo e controle processual, assistência ao CODEMA, etc. São eles:

NOME	FORMAÇÃO	VÍNCULO
Hernane Abdon de Freitas	Técnico em Contabilidade	Comissionado
Lenice Neves Guimarães	Tecga em Saneam. Ambiental; Esp. em Gerenc. de Recursos Hídricos	Comissionado
Elaine Aparecida França	Ensino Médio; Cursando Técnico em Recursos Minerais	Comissionado
Simone Pires de Oliveira	Ensino Médio	Contratado
01 motorista; 02 agentes de serviços gerais		

Fonte: SEMA-Brumadinho

Possui 02 veículos, 01 motorista, 04 computadores com internet e impressora, 02 telefones

celulares corporativos, telefone fixo, impressora, 01 mesa de reuniões, 05 escrivaninhas, 02 armários e 02 arquivos, 02 auxiliar de serviços gerais.

A equipe administrativa da SEMA Brumadinho atende também ao CODEMA.

e) Aflobio

A Prefeitura de Brumadinho possui convênio de cooperação técnica com o IEF para manutenção do escritório técnico (Aflobio) em Brumadinho. No escopo do convênio, disponibiliza toda a estrutura administrativa, além de um funcionário responsável pela realização de vistorias e uma funcionária para recepção e atendimento administrativo

2.3.2. Proposta de suprimento de profissionais para análise de processos de licenciamento

Para a análise técnica dos processos de licenciamento ambiental até classe 4, apresentam-se as seguintes propostas:

a) Concurso Público

O município de Brumadinho publicou em 2010 o Edital de Abertura de Concurso Público nº 01/2010. Neste edital, contém as seguintes vagas para profissionais de nível superior de áreas afins com o meio ambiente, para o cargo de analista: 01 arquiteto, 02 engenheiros civil, 01 engenheiro ambiental, 01 biólogo, 01 geógrafo. O edital também instituiu vagas para os profissionais de nível técnico das seguintes áreas afins com o meio ambiente, para o cargo de assistente técnico: 01 técnico em meio ambiente, 01 técnico florestal.

b) Designação de Comissão de Análise por processo

Segundo informações, a prefeitura de Brumadinho possui em seu quadro de funcionários diversos profissionais de nível superior, inclusive especialistas, que, mesmo lotados em outras secretarias, poderiam ser designados por ato administrativo para comporem comissões multidisciplinares de análise de processos de licenciamento que demandem a participação de profissionais de outras áreas do conhecimento.

c) Entidades de apoio técnico

O município de Brumadinho é filiado a diversas associações e consórcios de municípios. Dentre eles, destaca-se o Consórcio Intermunicipal da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba - CIBAPAR, que, para o cumprimento de seus objetivos estatutários, poderá “prestar a seus consorciados serviços de qualquer natureza, fornecendo inclusive recursos humanos e materiais” (Art. 5º, parágrafo único, inciso III – Estatuto do CIBAPAR – 3ª. Alteração).

Segundo o município, o apoio que espera encontrar no CIBAPAR diz respeito ao fornecimento de subsídios (estudos disponíveis, informações, etc.) pelo consórcio, para análise de impactos sobre os recursos hídricos, à luz da situação das águas da bacia e dos instrumentos da política de recursos hídricos construídas para a bacia (plano diretor, sistema de informações geográficas, enquadramento das águas atual e sua futura atualização, etc.

2.3.3. Programa de Qualificação Profissional

Segundo a Secretaria de Meio Ambiente, o município investe na qualificação de seus profissionais, incentivando e custeando a participação em cursos e eventos, e oferecendo gratificação salarial aos profissionais concursados que obtenham novos títulos nos termos do Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos (Lei Municipal nº 1.777/2010). Na administração iniciada em 2009, houve participação de profissionais da SEMA Brumadinho nos seguintes cursos/eventos:

- Curso à distância de utilização da ferramenta ZEE-MG;
- Curso de Fechamento de Mina;
- Perícia Ambiental;
- Monitoramento da Qualidade da Água;
- Seminário de revitalização de rios degradados em ambientes minerários;
- Seminário Brasileiro do Ministério Público de Meio Ambiente;
- Seminários sobre gerenciamento de resíduos sólidos;
- Curso de formação de vigilantes ambientais;
- Etc.

Os representantes municipais propõem que na hipótese de ser adotada a opção de constituir-se uma comissão multidisciplinar de análise de processos de licenciamento ambiental com outros profissionais da administração, mesmo que lotados em outras secretarias diversas à do meio ambiente, estes potenciais profissionais previamente identificados e passarão pelo mesmo treinamento que os funcionários da Secretaria de Meio Ambiente.

2.3.4. Instrumentos de gestão e gerenciamento

O município de Brumadinho possui os seguintes instrumentos de gestão e/ou gerenciamento dos recursos naturais, ordenamento territorial e planejamento, além do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal que será detalhado adiante: Plano Municipal de Regularização Fundiária Sustentável; Plano Municipal de Turismo; Plano Plurianual; Plano Municipal de Saneamento Básico; Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos: Sistema de Gestão Ambiental Territorial – SISGAT; Agenda 21 Municipal, etc.

O SISGAT se trata de um Sistema de Gestão Ambiental e um Zoneamento Ambiental, utilizados operacionalmente através da Ferramenta SIG – Sistema de Informações Geográficas, em escala 1:10.000, desenvolvido para todo o município de Brumadinho. O SISGAT está instalado em máquinas da Secretaria de Meio Ambiente e da Secretaria de Fazenda.

Existem ainda, por iniciativa e gestão de outros órgãos, os seguintes instrumentos que influenciam na gestão do território municipal:

Instrumentos vigentes: Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Minas Gerais – ZEE-MG; Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Rola Moça; Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte – PDDI RMBH; Sistema de Informações Geográficas aplicado ao Gerenciamento dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba – SIG-Paraopeba;

Instrumentos em desenvolvimento: Plano Diretor da Bacia Hidrográfica do Rio Paraopeba; Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial do Sistema Rio Manso (PACUERA do Sistema Rio Manso); etc.

2.3.5. Assessoramento Jurídico

O assessoramento jurídico da SEMA é feito por consultoria terceirizada, composta por advogadas especializadas na área ambiental. Eventualmente, o assessoramento jurídico também é realizado por servidores da Procuradoria Jurídica do Município de Brumadinho.

2.3.6. Sede

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Brumadinho funciona atualmente no segundo andar de um prédio compartilhado com a Secretaria de Educação, situado à Rua Presidente Kennedy, 20, bairro São Sebastião, Brumadinho – MG. No mesmo endereço, funciona também a Agência de Atendimento do IEF – Aflobio. O imóvel é alugado pela Prefeitura.

Contudo, o município possui um projeto de construção de um Centro de Referência de Educação Ambiental e Resíduos Sólidos, em área pública (institucional) do Loteamento Varjão, na sede urbana de Brumadinho. O projeto conta com recursos garantidos, e está em fase de licitação. Concluída a concorrência pública, as obras serão iniciadas imediatamente.

Segundo o projeto, haverá espaço suficiente para atender à estrutura da Secretaria, o departamento de Limpeza Urbana atualmente vinculado à Secretaria de Obras, e ao CODEMA, além de conter área para atividades educativas, auditório, vestiário para os garis, etc.

2.4. Sistema de Licenciamento Ambiental

Conforme o Art. 3º, inciso IV da DN 102/2006, o Sistema Municipal de Gestão Ambiental deve conter um Sistema de Licenciamento Ambiental que preveja: a análise técnica pelo órgão descrito no inciso III; a concessão das licenças ambientais pela instância colegiada prevista no inciso II; a indenização dos custos de análise ambiental, nos moldes do sistema adotado pelo COPAM.

Em Brumadinho, sistema de Licenciamento Ambiental é contemplado no Capítulo XIII da Política Municipal de Meio Ambiente (Lei Complementar nº 44/2005), do Art. 70 a 79. No Art. 70, o Sistema prevê a análise dos processos de licenciamento, a avaliação de impacto ambiental, procedimento corretivo, e autorizações. Esse sistema de licenciamento prevê a análise técnica pela secretaria de meio ambiente, a deliberação sobre os pedidos de licença pelo CODEMA, bem como a

indenização dos custos de análise ambiental.

As licenças que serão expedidas pelo CODEMA no âmbito de suas competências são: Licença Prévia (LP); Licença de Instalação (LI); Licença de Operação (LO); Licença Precária (LPr) – autorizando os testes dos equipamentos de controle ambiental instalados, a ser concedida uma única vez, por prazo máximo e nunca superior a 06 (seis) meses, e expedida antes da LO; Licença de Operação Corretiva (LOC).

Sobre a análise técnica pela Secretaria de Meio Ambiente, a deliberação dos pedidos de licença pelo CODEMA, e a indenização dos custos de análise, tratam os Art. 74 e 75 da Lei Complementar nº 44/2005:

Art. 74- O processo de licenciamento de projetos de obras ou atividades utilizadoras de recursos ambientais ou potencialmente poluidoras, de iniciativa pública ou privada, depende de prévia elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), Plano de Controle Ambiental (PCA) ou outro documento similar e/ou termo de referência elaborado pelo CODEMA, a ser submetido à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Art. 75- O CODEMA definirá, mediante deliberação normativa, as instruções básicas para elaboração dos Estudos de Impacto Ambiental e Planos de Controle Ambiental, os quais deverão contemplar as seguintes diretrizes:

- I. avaliação das alternativas tecnológicas e de localização do projeto, confrontando-as com a hipótese da não execução do projeto;
- II. diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, com descrição detalhada de sua situação antes da implantação do projeto, considerando os meios físico, biótico e socioeconômico e os ecossistemas naturais;
- III. identificação e previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes gerados nas fases de implantação e operação do projeto;
- IV. definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre as quais se incluem os sistemas de controle de poluição e a definição de áreas de preservação para compensação dos impactos;
- V. elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos.

§ 1º – Ao determinar a execução do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do Plano de Controle Ambiental (PCA), o CODEMA fixará as informações adicionais que, pelas peculiaridades do projeto e pelas características ambientais da área, forem julgadas necessárias.

§ 2º – Correrão por conta do proponente do projeto todas as despesas e todos os custos referentes à realização do Estudo de Impacto Ambiental, do Plano de Controle Ambiental e/ou de outros tipos de estudo.

§ 3º – Os custos correspondentes às etapas de vistoria e de análise dos pedidos de licenciamento serão pagos pelo requerente e creditados na conta do Fundo Municipal de Meio Ambiente.

2.5. Sistema de Fiscalização Ambiental

Conforme o Art. 3º , inciso V da DN 102/2006, o Sistema Municipal de Gestão Ambiental deve conter um sistema de fiscalização ambiental legalmente estabelecido, que preveja multas para o descumprimento de obrigações de natureza ambiental.

Capítulo XIV da Lei Complementar 44/2005, que trata da fiscalização e do controle das fontes de poluição e das atividades utilizadoras de recursos ambientais.

Art. 80 – Ficam proibidos e constituem infração administrativa ambiental o lançamento ou a emissão de poluentes, direta ou indiretamente, nos recursos naturais, assim como a degradação destes, nos termos da legislação aplicável.

Art. 81 – No exercício da atividade fiscalizadora para o cumprimento dos dispositivos desta Lei e de seu Regulamento, os técnicos e os agentes credenciados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável ficam autorizados, na forma da lei, a entrar nas dependências das fontes poluidoras localizadas ou que vierem a se instalar no Município e a ali permanecer pelo tempo que se fizer necessário ao cumprimento de sua missão.

Parágrafo único – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, quando necessário, poderá requisitar apoio policial para garantir o cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 82 – À Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento

Sustentável e aos agentes competentes e/ou credenciados compete:

I- efetuar vistorias em geral, levantamentos e avaliações;

II- verificar a ocorrência de infração;

III- lavrar de imediato o auto de fiscalização e, se for o caso, o de infração, fornecendo cópia ao autuado;

IV- elaborar relatórios de vistorias.

Art. 83. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável poderá, a seu critério, determinar às fontes poluidoras, com ônus para elas, a execução de medições dos níveis e das concentrações de suas emissões e de seus lançamentos de poluentes nos recursos ambientais.

Parágrafo único- As medições de que trata este artigo poderão ser executadas pelas próprias fontes de poluição ou por empresas de reconhecida idoneidade e capacidade técnica, sempre com acompanhamento de técnico ou agente credenciado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Sobre as multas e penalidades, a Política Municipal de Meio Ambiente trata no Capítulo XV, Art. 84, 85 e 86:

Art. 84- Os infratores dos dispositivos da presente Lei, de seu regulamento e das normas deles decorrentes ficam sujeitos às seguintes penalidades, sem prejuízo das cominações civis e penais cabíveis:

I- advertência por escrito, em que o infrator será notificado a fazer cessar a irregularidade, sob pena de imposição de outras sanções previstas nesta Lei;

II- multa simples, calculada por unidade, metro quadrado, metro cúbico e/ou outra medida pertinente, de acordo com a natureza da infração cometida, conforme consta no Anexo I desta Lei;

III- multa diária, a ser aplicada na hipótese de reincidência e sempre que ocorrer cometimento da infração;

IV- suspensão ou revogação de concessão, permissão, licença ambiental ou autorização;

V- apreensão dos produtos e subprodutos da flora e de instrumentos, apetrechos, máquinas, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na prática da infração, exceto ferramentas e equipamentos não mecanizados, lavrando-se o respectivo termo, conforme consta no Anexo I desta Lei;

VI- destruição ou inutilização do produto;

VII- suspensão de venda e fabricação do produto;

VIII- embargo de obra ou atividade;

IX- demolição de obra ou empreendimento;

X- perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais concedidos pelo Município, a ser executada pelo órgão competente do Executivo Municipal, em atendimento a parecer técnico emitido pelo Órgão Executivo Municipal de Meio Ambiente;

XI- reparação, reposição ou reconstituição do recurso ambiental danificado, de acordo com suas características e com as especificações definidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

XII- proibição de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo período de até 3 (três) anos.

§ 1º – A aplicação das sanções previstas neste artigo será precedida de regular processo administrativo, e, para efeito da aplicação de penalidades, as infrações aos dispositivos desta Lei e de seu regulamento serão classificadas como leves, graves ou gravíssimas.

§ 2º – Se o infrator praticar, simultaneamente, duas ou mais infrações, serão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 3º – A aplicação das sanções previstas nesta Lei não exonera o infrator das cominações civis e penais cabíveis.

§ 4º – Além de se sujeitar às sanções previstas neste artigo, está o infrator obrigado, independentemente de existência de culpa, a indenizar ou recuperar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade.

§ 5º – Para a aplicação das multas, as especificações das infrações e dos valores a serem aplicados, levando-se em consideração a natureza da infração, as suas

consequências, o porte do empreendimento, os antecedentes do infrator e as demais circunstâncias agravantes ou atenuantes, encontram-se no Anexo I desta Lei.

§ 6º – A multa simples, a critério da SEMA, poderá ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, sem prejuízo da execução de outras medidas exigidas em lei.

§ 7º – A apreensão e a destruição referidas nos incisos V e VI do “caput” deste artigo obedecerão às seguintes disposições:

I- tratando-se de produtos perecíveis ou madeiras, serão estes avaliados e doados a instituições científicas, hospitalares, penais e/ou outras com fins beneficentes;

II- os produtos e os subprodutos da fauna não perecíveis serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais;

III- os instrumentos utilizados na prática da infração serão vendi-dos, garantida a sua descaracterização por meio de reciclagem.

Parágrafo único - A Prefeitura Municipal de Brumadinho será a depositária dos produtos apreendidos.

Art. 85 - As multas previstas nesta Lei poderão ser parceladas em até 12 (doze) vezes, corrigindo-se o débito pela Unidade Fiscal da Prefeitura de Brumadinho (UFPB), desde que as parcelas não sejam inferiores a 3 (três) dessas unidades e mediante pagamento, no ato, da primeira parcela.

Art. 86 - As penalidades previstas nesta Lei incidem sobre os autores, sejam eles pessoa física ou jurídica, por seus representantes legais ou contratuais, ou sobre quem, de qualquer modo, concorra para a prática da infração ou para obter vantagem dela.

§ 1º – Se a infração for praticada com a participação direta ou indireta de técnico responsável, será o fato motivo de representação para abertura de processo disciplinar pelo órgão de classe, sem prejuízo de outras penalidades.

§ 2º – A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover sua imediata apuração, mediante processo administrativo próprio, sob pena de responsabilidade funcional, sem prejuízo de outras

sanções civis e penais cabíveis.

2.6. Destinação de receitas ao Sistema de Gestão Ambiental

Conforme o Art. 3º , inciso VI da DN 102/2006, o Sistema Municipal de Gestão Ambiental deve conter um mecanismo de destinação das receitas geradas pelas ações previstas nos incisos IV e V e outras, ao sistema municipal de gestão ambiental.

A legislação ambiental municipal de Brumadinho prevê a destinação de receitas ao Sistema de Gestão Ambiental no parágrafo terceiro do Art. 75, bem como o Art. 89 da Política Municipal de Meio Ambiente.

§ 3º – Os custos correspondentes às etapas de vistoria e de análise dos pedidos de licenciamento serão pagos pelo requerente e creditados na conta do Fundo Municipal de Meio Ambiente. (Art. 75 da Lei Complementar nº 44/2005)

Art. 89- As multas previstas neste Regulamento deverão ser recolhidas pelo infrator no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação, sob pena de inscrição em dívida ativa.

§ 1º – O recolhimento deverá ser feito em estabelecimento de crédito credenciado para tal fim, a favor do Fundo Municipal de Meio Ambiente.

§ 2º – O não recolhimento da multa no prazo fixado, além de sujeitar o infrator à cessação do direito de recurso, acarretará correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir do mês subsequente ao do vencimento do prazo fixado para o recolhimento. (Art. 89 da Lei Complementar nº 44/2005).

O Fundo Municipal de Meio Ambiente é regido pela Lei Municipal nº 1.505/2005, sendo gerido pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente, sob a fiscalização de um conselho composto por 06 membros.

2.7. Disposição adequada de resíduos sólidos e tratamento de efluentes domésticos

Conforme o Art. 3º, inciso VII da DN 102/2006, o Sistema Municipal de Gestão Ambiental deve

possuir sistema adequado de disposição final de resíduos sólidos urbanos e de tratamento de efluentes domésticos, de acordo com as normas estabelecidas pelo COPAM. A situação do município de Brumadinho quanto a esses quesitos é a que se apresenta a seguir.

2.7.1. Resíduos Sólidos

O município de Brumadinho possui um aterro sanitário próprio (não consorciado). Este aterro (Processo Técnico COPAM nº 0049/2005) está instalado, licenciado pelo COPAM / URC-Paraopeba (Certificado de Licença de Operação nº 311, de 19 de dezembro de 2011, com validade até 19/12/2017). A operação começou a partir da emissão da LO.

A coleta de resíduos e a disposição no aterro sanitário licenciado abrangem a 92,13% da população urbana do município.

Até dezembro de 2011, enquanto aguardava o licenciamento do aterro sanitário, Brumadinho dispunha seus resíduos em um aterro controlado, cujo encerramento e recuperação ambiental já se encontram em andamento.

Segundo informações, o município possui coleta seletiva implantada desde 1998, realizada pela ASCAVAP, com apoio técnico, operacional e financeiro da Prefeitura. Para os resíduos sólidos de serviços de saúde, Brumadinho possui contrato com uma empresa especializada na coleta, transporte e destinação final adequados. Brumadinho possui também um Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, um Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde, que, de acordo com as informações prestadas, vem sendo cumpridos rigorosamente.

2.7.2. Sistema de Esgotamento Sanitário

Em 17 de abril de 2008, por meio de convênio de cooperação², o município delegou ao Estado, pelo prazo de até 30 anos (prorrogável por igual período), a organização, regulação e fiscalização dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, nos moldes do Art. 8º da Lei no. 11.445/2007. Neste mesmo instrumento, ficou definido que a prestação dos referidos serviços seria executada por pessoa jurídica integrante da Administração Indireta do Estado de Minas Gerais, por meio da celebração de Contrato de Programa com o município.

² Convênio de cooperação celebrado entre o município de Brumadinho e o Estado de Minas Gerais com a finalidade de estabelecer cooperação federativa na organização, regulação, fiscalização e prestação dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e esgotamento sanitário.

O Contrato de Programa foi firmado entre o Município e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, na mesma data, em consonância com a Lei Municipal 1.640/2007, tendo como objeto:

“a prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário na sede municipal e nos distritos de Aranha, Conceição de Itaguá, Piedade do Paraopeba, São José do Paraopeba, Tejuco, Casa Branca, Córrego do Feijão, Melo Franco, Palhano, Coronel Eurico e Marinhos” (Cláusula Primeira).

Em 2006, a Deliberação Normativa COPAM nº 96 convocou os municípios de Minas Gerais para o Licenciamento dos sistemas de esgotamento sanitário, e estabeleceu prazos específicos para cada grupo de municípios, aglutinados segundo suas populações urbanas no ano 2000, e projetadas para 2020. O município de Brumadinho foi enquadrado no Grupo 7 “Municípios com população **urbana** menor que 20 mil habitantes (Censo 2000) – Classe I – AAF”. Por essa DN, os prazos eram os seguintes:

I - até março de 2008, devem providenciar cadastramento mediante preenchimento de formulário específico a ser disponibilizado e Relatório Técnico; II - até março de 2017, deve ser formalizado o processo de Autorização Ambiental de Funcionamento, para atendimento mínimo de 80% da população urbana com eficiência de tratamento de 60% (Art. 1º. DN COPAM 96/2006).

A Deliberação Normativa COPAM nº 128, de 27 de novembro de 2008 ratificou a prerrogativa de que em todos os municípios, no mínimo 80% da população urbana tenham seus esgotos tratados, com eficiência de, no mínimo, 60% de remoção da carga poluidora. Essa DN prorrogou o prazo máximo para cadastramento do FCEI, passando-o para 31/03/2009.

Nessa data, a execução dos serviços de esgotamento sanitário já havia sido concedida à COPASA.

Brumadinho possui rede coletora de esgotos na sede urbana, mas ainda não existe tratamento na sede, embora o haja em alguns aglomerados dos distritos de Casa Branca e Piedade do Paraopeba.

Nas localidades rurais com população mais pulverizada, a população utiliza sistemas individuais, sobretudo fossas.

O tratamento de esgotos existente em Brumadinho possui as seguintes características:

As duas Estações de Tratamento de Esgotos - ETE de Brumadinho operadas pela COPASA estão localizadas no Condomínio Retiro das Pedras, na região de Casa Branca (ETE Mirante e ETE Ecológica). Estando em um condomínio fechado, atendem apenas à população local, com tratamento primário e fossa séptica seguida de filtro anaeróbico.

A ETE Mirante opera com vazão média de 2,38 l/s lançados no Córrego Mirante, há mais de 15 anos; e a ETE Ecológica opera desde 2001 com vazão de 4,24 l/s lançados no ribeirão Retiro das Pedras. Juntas, atendem a 1.956 pessoas (569 ligações).

Em Piedade do Paraopeba existe uma ETE, recém construída, em fase inicial de operação³, projetada para atender a 1.500 pessoas. Atualmente são atendidas 170 residências (aproximadamente 760 pessoas). Esta ETE consiste em um sistema natural, biológico, de digestão anaeróbica, que engloba o tratamento primário e secundário.

Na sede urbana, o projeto de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário – SES já se encontra elaborado e parcialmente executado. Já foram realizadas intervenções como expansão da rede coletora e interceptores (Em outubro de 2010, segundo a COPASA, o número de ligações de esgotos era 6.096, sendo 5.482 residenciais, 280 comerciais, 26 industriais, 109 públicos e 199 mistos), restando a construção das estações elevatórias e ETE. A ETE terá vazão média prevista de 45 l/s.

Quanto ao Licenciamento Ambiental das ETEs de Brumadinho, temos a seguinte situação:

ETE	Processo COPAM	Situação da Licença
Mirante	5883/2006	Declaração de AAF nº 238748/2007
Ecológica	5951/2006	Declaração de AAF nº 075395/2011
Piedade do Paraopeba	28861/2011	Declaração de AAF nº 933553/2011
Sede de Brumadinho	13331/2010	Declaração de AAF nº 177848/2011

Verifica-se que todas as ETEs foram enquadradas nas classes 1 ou 2 do COPAM, sendo passíveis de Autorização Ambiental de Funcionamento. Contudo, verifica-se que, a despeito da

³ A data de início da operação da ETE faz órbita sobre o dia 15 de outubro de 2010.

existência dos processos técnicos como relacionado na tabela acima, os processos não tiveram formalizadas na SUPRAM a documentação relacionada no FOBI, fato pelo qual não se obteve a respectiva autorização. No caso da ETE Ecológica, ela possuiu uma AAF nº 01024/2006, mas que se encontra vencida, motivo pelo qual existe uma declaração atualizada (a Declaração de AAF nº 075395/2011, relacionada na tabela) de que o empreendimento é passível de AAF.

Em localidades como Casa Branca, condomínios e outros povoados e bairros, a destinação dos efluentes domésticos é feito por meio de fossas sépticas. Em algumas localidades rurais, não há viabilidade técnica de instalação de sistemas coletivos de coleta e tratamento de esgotos, e a população utiliza fossas uni domiciliares.

2.8. Plano Diretor Municipal

Conforme o inciso VIII do Art. 3º da Deliberação Normativa COPAM nº 102/2006, o município que deseja celebrar convênio com a SEMAD deve possuir Plano Diretor Municipal implantado ou revisado de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

Brumadinho possui um Plano Diretor instituído pela Lei Complementar nº 52/2006. Atualmente, o referido Plano encontra-se em processo participativo de atualização. O Plano é composto de um diagnóstico da cidade, a lei, e vários mapas temáticos, com escala compatível.

O Plano Diretor Municipal encontra-se em processo de atualização, sendo que já foram realizadas diversas oficinas e audiências para a leitura comunitária, integrante da fase de diagnóstico. A expectativa é que o Plano Diretor atualizado seja concluído e aprovado ainda neste ano.

2.9. Capacidade de integrar-se ao Sistema de Informações coordenado pela SEMAD

O município de Brumadinho apresentou o seguinte relato acerca da capacidade de integrar-se ao Sistema de Informações da SEMAD:

A Secretaria possui 16 computadores, sendo todos estão conectados a internet banda larga e impressora; 59% das máquinas possuem menos de um ano de uso; 25% das máquinas estão conectadas a scanner e possuem o Sistema SISGAT instalado; 69% das máquinas gravam DVD; 69% possuem sistema "Windows XP" e 31% utilizam o sistema "Windows 7"; 62% das máquinas possui memória RAM superior a 2GB.

Todos os servidores possuem conhecimento de informática.

Avalia-se que o município possui capacidade de integrar-se ao Sistema de Informações coordenado pela SEMAD, devendo, obviamente, passar por treinamentos.

3. Conclusão

O Município de Brumadinho possui instrumentos legais para praticar o licenciamento a fiscalização e o controle de empreendimentos classificados pela DN COPAM nº 74/2004 como 1, 2, 3 e 4.

Este parecer é **favorável** à celebração entre o Estado e o Município de Brumadinho do convênio de cooperação administrativa e técnica visando ao licenciamento, fiscalização e controle das atividades supracitadas, mediante ao atendimento das condicionantes listadas no Quadros 1 e as sugestões do Quadro 2.

QUADRO 1: sugestão de condicionantes e prazos para a celebração de convênio de cooperação técnica e administrativa entre o Estado e o município de Brumadinho

Ítem	Condicionante	Prazo
1	Alterar a legislação, estabelecendo o CODEMA ou uma comissão paritária formada por membros do CODEMA como órgão responsável pela deliberação sobre a utilização dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente.	Até o final de 2012
2	Explicitar na legislação municipal que os alvarás de localização deverão ser apreciados e deliberados pelo CODEMA.	Até o final de 2012
3	Efetuar a interligação ao Sisemanet	Quando houver facilitação da SEMAD

QUADRO 2: principais itens da cooperação técnica e outros sobre a avaliação de desempenho do sistema municipal de meio ambiente de Brumadinho a serem praticados pelo SISEMA

Ítem	Descrição	Prazo
1	Treinamento dos Técnicos do Município para homogeneização dos processos de licenciamento, fiscalização e controle.	Durante os primeiros 6 meses de vigência do convênio.
2	Treinamento dos Técnicos municipais para torná-los aptos a alimentar o Sisemanet	Durante os primeiros 6 meses de vigência do convênio.
3	Realizar semestralmente a avaliação de desempenho do Sistema Municipal de Meio Ambiente e elaborar Relatório de Desempenho, disponibilizando para os atores envolvidos.	Semestralmente.
4	Informar ao Sistema Municipal de Meio Ambiente sobre qualquer atuação do Sisema no território municipal, principalmente no que diz respeito aos empreendimentos classificados como 5 e 6 pela DN 74/04.	Durante a vigência do Convênio.

Recomenda-se o encaminhamento deste parecer à CNR/COPAM para apreciação e deliberação sobre a minuta de convênio constante no Anexo 1.

Celso Constantino Marques
Analista Ambiental

De acordo,

Rodrigo Ribas
Diretor de Gestão Participativa e Articulação
Institucional

Marisa Guerra Lapertosa
Superintendente de Gestão Ambiental